



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 21 de junho de 2019
(OR. en)

10416/19

SOC 496
EMPL 384
ECOFIN 649
EDUC 328
SAN 310
GENDER 30
ANTIDISCRIM 20

NOTA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	A economia do bem-estar – Nota de orientação (para o debate ministerial)

Junto se envia, à atenção das delegações, a nota de orientação em epígrafe, tendo em vista a reunião do Conselho (EPSCO) de 8 de julho de 2019.

A economia do bem-estar

Estão a surgir grandes desafios e oportunidades no horizonte da Europa, associados às mudanças induzidas pela globalização, pelas alterações climáticas, pelo desenvolvimento tecnológico, por novas formas de trabalho e pelas alterações demográficas devidas ao aumento da esperança de vida e às baixas taxas de natalidade. Neste contexto, a resiliência e a capacidade de adaptação rápida à mudança a todos os níveis da sociedade, incluindo a administração pública e as empresas, são mais importantes do que nunca.

A fim de dar resposta a estes desenvolvimentos e assegurar um crescimento sustentável e inclusivo num ambiente em rápida mutação, precisamos de promover o nosso modelo social europeu que capacita todas as pessoas. É esta a nossa vantagem comparativa num cenário de concorrência mundial cada vez mais apertada. A UE deverá procurar ser a economia mais competitiva e socialmente coesa do mundo.

Há anos que está em curso o debate sobre a dimensão social da UE. Existe um amplo consenso entre os ministros EPSCO sobre a importância da dimensão social da UE e a necessidade de reforçar o seu papel nos debates de orientação da UE, inclusive no quadro do Semestre. Contudo, por vezes, a dimensão social parece estar ainda de certo modo subordinada a outros domínios de intervenção da UE.

A Comissão Europeia lançou muitas iniciativas importantes para promover a dimensão social, a mais importante das quais é o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Esta iniciativa constituiu um marco importante para conferir maior relevância à dimensão social na agenda política da UE e para uma maior articulação entre as dimensões económica e social. A Presidência finlandesa pretende prosseguir e aprofundar o debate lançado pelo Pilar Europeu dos Direitos Sociais e tenciona efetuar uma reflexão aprofundada sobre a **economia do bem-estar, e as interligações que se reforçam mutuamente entre o bem-estar humano e o crescimento económico sustentável.**

A razão de ser da UE, tal como consagrada no Tratado, é assegurar o respeito pela dignidade humana e promover o bem-estar dos seus povos.

O bem-estar humano e o crescimento económico sustentável não são objetivos contraditórios. A OCDE levou a cabo uma investigação exaustiva sobre o tema da economia do bem-estar ¹, que revela que o bem-estar humano e o crescimento económico sustentável se reforçam mutuamente. A promoção do bem-estar, bem como a prevenção das doenças e da exclusão social, são muito importantes do ponto de vista humano, mas são também aspetos fundamentais para reduzir a despesa pública no futuro, aumentar a produtividade e prolongar a vida ativa. Sendo um valor em si mesmo, o bem-estar humano é também vital para a economia. Esta é a principal exigência da economia do bem-estar.

A economia do bem-estar é um conceito amplo que abrange medidas políticas no domínio social, do emprego, da igualdade de género, da saúde e da educação, e que realça a importância da abordagem horizontal. É essencial superar a compartimentação através de uma colaboração transetorial para que a economia do bem-estar revele todo o seu potencial. A colaboração reforça a base de conhecimentos e proporciona sinergias e um potencial inexplorado que há que utilizar para maximizar o impacto positivo de longo prazo das decisões políticas.

As medidas que propiciam o bem-estar e melhores oportunidades socioeconómicas podem produzir efeitos com desfasamentos temporais consideráveis e, muitas vezes, é difícil estimar com exatidão o seu contributo para a economia. Isso dificulta a inclusão de investimentos no bem-estar na política orçamental, em particular durante um período de contração económica; tal situação pode, todavia, resultar em graves repercussões negativas e numa deterioração das bases da economia.

Embora o PIB seja útil para medir a produção do mercado e dar uma imagem indicativa de uma economia num determinado momento, não fornece uma visão global do bem-estar das pessoas. A elaboração de políticas assente em dados concretos exige a utilização de um vasto conjunto de indicadores e de avaliações de impacto abrangentes e uma perspetiva de longo prazo.

¹ Resumo do documento da OCDE no doc. ST 10414/19 e documento de referência da OCDE no doc. ST 10414/19 ADD 1.

A economia do bem-estar é uma abordagem que:

- *melhora a nossa compreensão da forma como o bem-estar humano aumenta a produtividade, gera crescimento económico, aumenta o emprego e melhora a sustentabilidade orçamental;*
- *destaca a importância de avaliações de impacto abrangentes, assegurando uma avaliação da forma como as medidas legislativas e políticas afetam o bem-estar das pessoas;*
- *destaca o bem-estar como um valor em si mesmo e como fonte de resiliência societal e de estabilidade que também beneficia as empresas e atrai investimentos.*

A economia do bem-estar não requer novas competências nem necessariamente novas estruturas para a UE, mas sim uma melhor utilização das já existentes. Salienta a importância de avançar nos domínios em que a UE tem um mandato, tais como a segurança e saúde no trabalho e a igualdade de género.

Além desta competência direta, a UE influi no bem-estar dos seus povos de várias formas: através da legislações noutros setores de intervenção, através do Semestre Europeu, que envolve políticas económicas, de emprego, sociais e de saúde, e através da promoção e do intercâmbio de boas práticas. O bem-estar das pessoas tem repercussões transfronteiras consideráveis, não só através do crescimento, mas também da estabilidade económica e societal, sendo por conseguinte de importância fundamental para o futuro da UE. Na realidade, se não for visível o contributo da UE para a melhoria do bem-estar dos seus povos, esta perderá o apoio do público.

Um dos maiores desafios que a UE enfrenta é a desigualdade emergente nos Estados-Membros. A desigualdade provoca uma perda significativa de potencial humano e económico, tanto a nível nacional como da UE. O aumento das oportunidades de mobilidade social ascendente apoia a convergência social e económica ascendente de que a UE necessita.

Tendo em conta o que precede, convidam-se os Ministros a considerar as seguintes questões:

- 1) Qual é o V. ponto de vista sobre o reforço da economia do bem-estar como orientação para a elaboração das políticas e a tomada de decisões?
 - 2) De que forma a elaboração das políticas e a tomada de decisões da UE deverão ser desenvolvidas a fim de reforçar a ligação entre a política económica e as políticas em matéria de bem-estar?
 - 3) O reforço da economia do bem-estar em toda a UE é um objetivo de longo prazo. Quais deverão ser os primeiros passos a dar?
-